

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-4

Edital 41/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2026	180188-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-4	PALOMA VIEIRA SERRAO	25/05/2026 15:29 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057.00541033/2025-06

1. Pintura e Recuperação de Fachadas 4BAEP

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANO QUATRO – CPA/M-4

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 188/0041/26

(Processo Administrativo nºSEI 057.00541033/2025-06)

Torna-se público que o(a) Comando de Policiamento de Área Metropolitana Quatro-CPA/M-4, por meio do(a) Seção de Despesas Orçamentos e Custos – UGE 180188, por determinação de seu Dirigente o Sr Cel PM Clodoaldo Donizetti da Cruz, CPF nº 205.150.588-82, sediado(a) Avenida Amador Bueno da Veiga, 2774 – Vila Esperança, São Paulo/SP, Cep 03652-000 realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de mão de obra especializada para a pintura e reocupação predial das áreas internas e externas das edificações do 4º BAEP, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Memorial Descritivo e demais documentos constantes como Anexos.

1.2. A licitação será em um único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item deste pregão, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total da mão de obra/serviço;

5.1.2. Valor unitário e total do material;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.8.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame,

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico da plataforma SEI (www.sei.sp.gov.br) sob o processo nº 057.00541033/2025-06, bem como Portal de Compras SP (www.compras.sp.gov.br).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

12.4.1.1. Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.4.1.2. Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.4.1.3. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o *inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021*.

12.4.1.4. Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato.

12.4.1.5. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 20. % a 30. % do valor do Contrato.

12.4.1.6. Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 10. % a 20% do valor do Contrato.

12.4.1.7. Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.4.1.8. Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.4.1.9. Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.4.2. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: www.compras.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema Compras SP (www.compras.sp.gov.br)*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado Ata de Registro de Preços, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2. ANEXO II – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.3. ANEXO III - Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.4. ANEXO IV – Modelo de Contrato.

São Paulo, 22 de maio de 2026

CLODOALDO DONIZETTI DA CRUZ

CEL PM – DIRIGENTE

UGE 180188

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PALOMA VIEIRA SERRAO

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 11:01:48.

GUSTAVO MALDONADO VIEIRA

Membro da comissão de contratação

CLODOALDO DONIZETTI DA CRUZ

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 15:29:47.

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-4

Termo de Referência 91/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
91/2026	180188-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-4	MIRIAM PADILHA PEREIRA	11/05/2026 10:46 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		057.00541033/2025-06

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO 4º BAEP

1.1. Contratação de serviço de engenharia para pintura e recuperação predial (áreas internas e externas) das edificações do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (4º BAEP).

O serviço abrangerá todo o Batalhão, incluindo, mas não se limitando a: todas as seções (P1/P2/P3/P4/P5), Alojamentos, Muro Externo e Interno, UIS, Motomec, Academia, Corredores, Telemática, Salas de Aula, Odonto, Grêmios, Guarda Principal, Almoxarifados e Depósitos, Cozinhas, Rancho, prédio do Comando e demais dependências que apresentem desgaste no reboco e pintura, resultando em avarias, mofo ou infiltrações.

A recuperação também contemplará todos os elementos que compõem os ambientes (internos e externos), incluindo portas (madeira e metal), janelas, grades, esquadrias e portões, garantindo sua manutenção por completo, proteção e acabamento final de acordo com os padrões técnicos e estéticos e as cores específicas estabelecidas na Planilha Orçamentária e no Memorial Descritivo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)
1	Manutenção Predial - Pintura e Recuperação (Interna e Externa) das edificações do 4º BAEP	1627	7625	Unidade	1	R\$ 581.517,59

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da data estabelecida para início dos serviços, não prorrogáveis.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Contratação de empresa para serviços comuns de arquitetura e engenharia, visando a manutenção das fachadas nas edificações do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (4º BAEP). Além disso, a melhoria das fachadas impacta diretamente na criação de um ambiente de trabalho mais digno, seguro e funcional para os policiais militares que desempenham atividades operacionais e administrativas no 4º BAEP, refletindo na valorização da Instituição e na elevação da moral da tropa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a empresa contratada deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução dos serviços, minimizando impactos ambientais e promovendo o uso eficiente dos recursos. Para isso, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2. Gestão de Resíduos, a execução dos serviços deverá atender às diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), garantindo a separação, destinação e reaproveitamento adequados dos materiais descartados, conforme as normas ambientais vigentes.

4.3. Uso de Materiais Sustentáveis, os insumos empregados na obra deverão seguir critérios ambientais, priorizando materiais de menor impacto e de origem certificada.

4.4. Eficiência no Consumo de Recursos, os processos de recuperação e acabamento deverão adotar medidas que otimizem o uso de água e energia, reduzindo desperdícios e garantindo a eficiência dos serviços.

4.5. Conformidade com Normas Ambientais, o correto manejo e destinação dos resíduos da construção civil deverão estar em conformidade com a ABNT NBR 10004/2004 e a Resolução CONAMA nº 307/2002, garantindo atendimento às exigências ambientais aplicáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.6. Todos os produtos e materiais fornecidos para a execução dos serviços objeto desta contratação deverão ser de primeira qualidade, novos, sem uso anterior e em perfeito estado de conservação, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.7. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e demais órgãos reguladores competentes.

4.8. Quando aplicável, os produtos deverão possuir certificações de qualidade e desempenho, bem como laudos técnicos ou relatórios de ensaio que comprovem sua adequação às exigências estabelecidas.

4.9. A empresa contratada deverá fornecer documentação comprobatória da procedência e qualidade dos produtos, tais como certificados de conformidade, fichas técnicas, catálogos dos fabricantes e relatórios de ensaio, sempre que solicitado pela Administração.

4.10. A Administração poderá realizar inspeções, amostragens e ensaios nos produtos fornecidos, diretamente ou por meio de terceiros, a fim de verificar sua conformidade com as especificações exigidas. Caso seja constatada qualquer não conformidade, a empresa Contratada será notificada para substituição do material, sem ônus para a Contratante.

4.11. A empresa Contratada é integralmente responsável pela qualidade dos produtos fornecidos, devendo arcar com os custos decorrentes de substituições, reparos ou quaisquer ajustes necessários em função de defeitos, baixo desempenho ou inadequações detectadas durante a execução do serviço ou no período de garantia.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

No prazo de convocação para formalização da contratação e, anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV: Seguro-garantia. A apólice de seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declarações firmadas pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria.

V- Título de capacitação. Serão admitidos apenas títulos de capacitação conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

1- A não prestação da garantia é equivalente à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

2- O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Para isso, é assegurado às empresas interessadas na licitação o direito de realizar vistoria técnica prévia, acompanhada por um servidor designado, no período de segunda à sexta-feira, das 09h às 16h. Para garantir a organização do processo, serão disponibilizados datas e horários distintos para cada interessado.

4.14. A vistoria deverá ser agendada previamente junto à Administração, informando a data e horário pretendidos por meio do telefone **(11) 2037-2219** ou e-mail **4baepp4@policiamilitar.sp.gov.br**. O representante legal da empresa ou responsável técnico deverá comparecer devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor que comprove sua habilitação para realização da vistoria.

4.15. A realização da vistoria técnica prévia é altamente recomendável, sendo fundamental para que a empresa analise todas as condições da obra, os quantitativos apresentados e os descritivos do projeto. Caso sejam identificadas inconsistências, inadequações às normas técnicas ou incompatibilidades com os bons costumes da engenharia, a empresa deverá formalizar suas considerações antes da realização do pregão.

4.16. Os quantitativos apresentados neste documento são valores aproximados, estimados com base em levantamentos técnicos preliminares. Durante a vistoria, a empresa deverá validar as quantidades, verificar a viabilidade da execução e considerar eventuais ajustes dentro do escopo estabelecido.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal ou responsável técnico, atestando que conhece o local e as condições da realização do objeto da contratação.

4.18. Ao participar da licitação e aceitar os termos do projeto sem ressalvas, a empresa assume responsabilidade técnica pela execução dos serviços, garantindo conformidade, qualidade e segurança da obra. A licitante deverá considerar todas as condições necessárias à execução do objeto, não sendo admitidas alegações posteriores decorrentes de falhas na análise preliminar. Eventuais situações supervenientes e imprevisíveis serão analisadas pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.19. A vistoria técnica prévia é essencial para assegurar que a empresa tenha pleno conhecimento das condições reais da obra, dos materiais a serem utilizados e das exigências do contrato, garantindo a correta execução conforme especificado. Dessa forma, o interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar prejuízos ou reivindicar benefícios sob a justificativa de insuficiência de dados ou informações sobre o local da obra

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 1 (um) dia após assinatura do contrato;

5.1.2. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade da execução dos serviços serão definidos pela empresa contratada, conforme seu planejamento técnico, e estarão sujeitos à aprovação da Administração Pública. A empresa será integralmente responsável pela execução, gestão e fiscalização interna dos serviços, devendo garantir mão de obra qualificada, materiais certificados e conformidade técnica com as normas vigentes. Para isso, deverá disponibilizar uma equipe técnica especializada, devidamente treinada e equipada, assegurando que todas as atividades sejam realizadas com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos .

5.2. Cronograma de realização dos serviços: conforme anexo.

5.2.1. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Av. Dr. José Artur Nova, 917 - Parque Paulistano, São Paulo - SP, 08090-000 (Sede do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia).**

5.2.1.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda a sexta, das 08h às 17h, podendo haver modificação conforme prévio ajuste entre as partes (Contratante e Contratada).

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Os materiais empregados na pintura e recuperação predial deverão ser de primeira linha, novos, sem uso anterior, atendendo integralmente às normas técnicas da ABNT, especificações do memorial descritivo e requisitos mínimos de desempenho, durabilidade e acabamento exigidos para o objeto

5.5. A empresa contratada deverá fornecer tintas, impermeabilizantes, argamassas, **massas de acabamento (PVA e Acrílica)**, revestimentos e demais insumos que atendam aos seguintes critérios:

5.5.1. Certificação e Normas Técnicas – Todos os materiais deverão possuir certificação de qualidade reconhecida, como ISO 9001, ABNT NBR aplicáveis e laudos de desempenho, garantindo conformidade técnica.

5.5.2. Apenas serão aceitos materiais com desempenho compatível às especificações técnicas do memorial descritivo, comprovadamente resistentes às intempéries, umidade e degradação natural..

5.5.3. Referência de Mercado – Os produtos deverão possuir desempenho equivalente ou superior às referências técnicas indicadas no memorial descritivo, respeitando os princípios da competitividade, isonomia e vantajosidade da contratação.

5.5.4. Padronização e Compatibilidade – Todos os materiais deverão ser tecnicamente compatíveis entre si e com a estrutura existente, assegurando uniformidade estética e de desempenho.

5.5.5. Recusa de Materiais Inferiores – Produtos de baixa qualidade, sem certificação ou fora dos padrões exigidos não serão aceitos. Caso fornecidos, a contratada deverá substituí-los imediatamente e sem custos adicionais para a Administração .

5.6. A exigência de materiais de alto padrão tem como objetivo garantir a qualidade da obra, minimizar a necessidade de manutenções futuras e preservar a integridade estrutural da edificação, assegurando um resultado duradouro e tecnicamente adequado .

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário :

5.7.1. Equipamentos e Ferramentas – A empresa contratada será responsável por disponibilizar andaimes (internos e externos), plataformas elevatórias (se necessário), betoneiras, lixadeiras, pistolas de pintura, EPIs e outros equipamentos necessários para a execução dos serviços. Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e em conformidade com as normas de segurança do trabalho (NR-18 e NR-35) .

5.7.2. Substituição e Manutenção – Sempre que houver necessidade, a contratada deverá substituir materiais, equipamentos ou ferramentas que apresentem desgaste excessivo, defeitos ou riscos à segurança da obra.

5.7.3. Armazenamento e Manuseio – Os materiais deverão ser armazenados de forma adequada, protegidos contra umidade e intempéries, evitando danos e comprometimento da qualidade. O manuseio dos produtos deverá seguir as recomendações dos fabricantes e as boas práticas da construção civil .

5.7.4. Responsabilidade da Contratada – É de inteira responsabilidade da contratada garantir que todos os materiais, equipamentos e ferramentas estejam disponíveis em tempo hábil, não causando atrasos na execução dos serviços. Qualquer falha no fornecimento ou na manutenção poderá ser considerada descumprimento contratual.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do Contratante tem como base as seguintes características, que devem ser consideradas pela empresa contratada para a formulação da proposta:

5.8.1. Área de Intervenção – A recuperação abrangerá o Batalhão inteiro (áreas internas e externas), incluindo, mas não se limitando a: todas as seções (P1/P2/P3/P4/P5), Alojamentos, Muro Externo e Interno, UIS, Motomec, Academia, Corredores, Telemática, Salas de Aula, Odonto, Grêmios, Guarda Principal, Almoxarifados e Depósitos, Cozinhas e Rancho. O escopo contempla o tratamento de imperfeições, recuperação de reboco, aplicação de massa corrida, impermeabilização e pintura, além de todos os elementos que compõem os ambientes, incluindo portas (madeira e metal), janelas, grades e portões.

5.8.2. Condições dos Ambientes – As edificações apresentam desgaste natural devido ao uso intenso e exposição às intempéries.

5.8.2.1. Áreas Externas (Fachadas e Muros): Apresentam desgaste de pintura, fissuras, e pontos onde o reboco está exposto e sujeito a deterioração e infiltrações. Algumas fachadas ainda possuem pastilhas e revestimentos cerâmicos, que deverão ser removidos para padronização.

5.8.2.2. Áreas Internas (Seções, Alojamentos, etc.): Apresentam pintura desgastada, suja, com avarias de uso (pequenos buracos, arranhões), pontos de mofo e necessidade de padronização de cores e acabamento liso (aplicação de massa corrida).

5.8.2.3. Diante dessas condições, a execução dos serviços deverá seguir as boas práticas de engenharia, aplicando as técnicas corretas de recuperação, impermeabilização e acabamento para garantir um resultado durável, seguro e esteticamente uniforme.

5.8.3. Acesso e Logística – O acesso à obra poderá demandar o uso de andaimes, balancins, plataformas elevatórias ou outros sistemas, conforme as condições do local e as normas de segurança vigentes (NR-18 e NR-35).

5.8.4. Tipo de Materiais e Acabamento – Todos os materiais deverão ser de alta qualidade e especificados para **uso interno ou externo**, conforme a área de aplicação, garantindo resistência a intempéries e durabilidade adequada.

5.8.5. Interferências e Restrições – A execução dos serviços deverá considerar a dinâmica operacional do Contratante, minimizando impactos nas atividades internas e garantindo a segurança de trabalhadores e usuários .

5.8.6. Prazos e Cronograma – A empresa deverá planejar a execução dentro do prazo contratual estipulado, considerando as condições climáticas e logísticas para evitar atrasos.

5.8.7. Garantia de Conformidade – Os serviços executados deverão atender às normas técnicas aplicáveis e boas práticas de engenharia, garantindo a qualidade e durabilidade da recuperação das fachadas .

5.8.8. Responsabilidade Técnica – A contratada será integralmente responsável por todas as etapas da execução, incluindo a segurança da equipe, a correta aplicação dos materiais e a entrega conforme os padrões exigidos pelo Contratante .

5.8.9. Condições para Medição e Pagamento – O pagamento será realizado conforme a evolução física dos serviços, mediante apresentação de documentação comprobatória e aprovação do Contratante, garantindo que os serviços tenham sido executados dentro dos padrões de qualidade estabelecidos .

5.8.10. Gerenciamento de Resíduos – A empresa contratada deverá realizar a coleta, separação e destinação correta dos resíduos gerados, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), atendendo às normas ambientais vigentes .

5.8.11. Prorrogação de Prazos – Não serão aceitos pedidos de prorrogação intempestivos ou solicitados após o prazo de conclusão dos serviços.

5.8.11.1. Definição de Pedido Intempestivo – Consideram-se intempestivos os pedidos protocolados em prazo inferior a 10 (dez) dias corridos da data prevista para conclusão dos serviços ou de cada etapa, bem como aqueles que, pela complexidade da solicitação, não permitam a apreciação técnica do Contratante em tempo hábil.

5.8.12. Diário de Obra – O Diário de Obra será o documento oficial de comunicação entre a fiscalização e a contratada, servindo para registro e comprovação do andamento da obra e execução dos termos do contrato. Tanto a contratada quanto a fiscalização deverão registrar diariamente todas as informações relevantes, sendo o documento assinado por profissionais credenciados de ambas as partes .

5.8.13. Envio de Documentação e Protocolos – A fiscalização poderá enviar e receber documentos via correio eletrônico ou outras ferramentas digitais para agilizar demandas de serviço. No entanto, toda documentação oficial da obra deverá ser protocolada formalmente no setor competente do Contratante para conhecimento e apreciação do Dirigente responsável .

5.8.14. Execução Conforme Projeto – Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, devendo a contratada executar os serviços em conformidade com o projeto, planilha orçamentária e orientações da fiscalização, observadas as hipóteses de alteração contratual previstas na Lei Federal nº 14.133 /2021.

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 (cinco) anos, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.10.1. A contratada deverá comunicar a conclusão dos serviços à Administração, que realizará uma vistoria técnica final, acompanhada pelo fiscal responsável, para verificar a qualidade da execução e o cumprimento das especificações contratuais. Caso sejam identificadas não conformidades, a empresa deverá realizar as correções necessárias dentro do prazo estabelecido .

5.10.2. Após a validação final, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, confirmando que os serviços foram executados conforme o contrato. A contratada deverá fornecer a documentação final, incluindo relatórios de execução, garantias dos materiais e manual de manutenção das fachadas, conforme as diretrizes da ABNT NBR 5674 .

5.10.3. A empresa também será responsável pela desmobilização da obra, removendo equipamentos, andaimes e resíduos, garantindo a limpeza e organização do local.

5.10.4. Com a finalização de todas as etapas, será realizado o pagamento final e emitido o Termo de Encerramento Contratual, formalizando a conclusão da contratação

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Memorial Descritivo.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. *cumprimento do cronograma – Verificação do avanço conforme o planejamento aprovado.*

7.3.2. *conformidade técnica – Inspeção da qualidade dos materiais e serviços executados.*

7.3.3. *cormas de segurança e ambientais – Atendimento às exigências da NR-18, NR-35 e descarte adequado de resíduos.*

7.3.4. *registros e aprovação – Emissão de relatórios técnicos e validação pelo fiscal do contrato.*

7.3.5. *correção de falhas – Caso houver, ajustes obrigatórios antes da liberação do pagamento, com possibilidade de glosas.*

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.4.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto Estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto Estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivo, no prazo de 3 (três) meses, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) meses, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.7.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.11. O Contratante exigirá do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto concernente à última e/ou única medição:

a) relatório Técnico de Execução dos Serviços – documento detalhando todas as etapas da obra, incluindo métodos aplicados, materiais utilizados e conformidade com as especificações contratuais.

b) garantia dos Materiais e Serviços – declaração da empresa contratada assegurando a qualidade dos materiais empregados e a durabilidade dos serviços prestados, conforme os prazos exigidos pelas normas técnicas vigentes.

c) registro Fotográfico da Obra – conjunto de imagens documentando a condição dos ambientes (internos e externos) antes, durante e após a execução dos serviços, evidenciando a conformidade com o contrato.

d) comprovante de Descarte de Resíduos – documento que ateste a destinação correta dos resíduos da obra, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo o cumprimento das normas ambientais.

e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Previdenciários – comprovante de regularidade da empresa contratada, garantindo que não há pendências legais relacionadas à execução do contrato.

f) declaração de Conformidade – documento emitido pela contratada, atestando que todos os serviços foram realizados em conformidade com normas técnicas vigentes e exigências contratuais, assegurando a qualidade e durabilidade dos serviços prestados.

Após a análise e validação da documentação, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, formalizando a conclusão dos serviços e encerramento das obrigações contratuais. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.12.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será por PREÇO GLOBAL.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo 1º de maio de 1943 ; Decreto-Lei nº 5.452, de

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Lei Complementar n. 123, de 2006

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na , estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.22.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.23. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;

8.23.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio de apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.24. Apresentação do(s) profissional(s) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicados:

a) Para Engenheiro Civil: serviços de construção civil;

b) Para Arquiteto: serviços de construção civil.

8.24.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.24.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

8.25. Capacitação técnica:

8.25.1. As empresas licitantes deverão comprovar na data de entrega da proposta que possui(em):

8.25.1.1. Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de serviços de engenharia com características, quantidades e complexidade operacional semelhantes às constantes do objeto da licitação, devendo constar, no mínimo, a identificação do tipo de serviço executado, quantitativos, prazo de execução e local da prestação dos serviços.

Os atestados deverão comprovar a execução mínima correspondente a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto licitado, definidas com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme discriminado a seguir:

8.25.1.1.1. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo os seguintes serviços, cujos percentuais representam sua participação estimada no valor global da contratação, não havendo necessidade de que sua somatória corresponda à integralidade do objeto:

Os percentuais indicados representam a participação estimada de cada serviço em relação ao valor global da planilha orçamentária, não havendo necessidade de que sua somatória corresponda à integralidade do objeto contratado.

8.25.1.1.1.1. Pintura em Tinta Acrílica Antimofo: relevância estimada de 56,19%. Área total estimada de 9.078 m², devendo a licitante comprovar execução mínima de 4.539 m².

8.25.1.1.1.2. Reparo de Trincas Rasas até 5 mm: relevância estimada de 6,15%. Extensão total estimada de 649 metros lineares, devendo a licitante comprovar execução mínima de 325 metros lineares.

8.25.1.1.1.3. Montagem e Desmontagem de Andaime Tubular: relevância estimada de 4,27%. Área estimada de fachada atendida em 1.870 m², devendo a licitante comprovar execução mínima de 935 m².

8.25.1.1.1.4. Pintura em Esmalte sobre Madeira e Metal: relevância estimada de 3,48%. Área total estimada de 400 m², devendo a licitante comprovar execução mínima de 200 m².

8.25.1.1.1.5. Aplicação de Massa Corrida PVA: relevância estimada de 1,88%. Área total estimada de 693 m², devendo a licitante comprovar execução mínima de 347 m².

8.25.1.1.2. O exigido acima consta do item 7 do Memorial Descritivo 001/04/26, em anexo no edital.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) A licitante deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, informando que possui em seu quadro técnico profissional qualificado e legalmente habilitado, com conhecimento técnico comprovado em projetos, instalação, configuração, operação e manutenção de sistemas de áudio e vídeo, que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços objeto deste edital, responsabilizando-se pela conformidade técnica, qualidade da instalação e pleno funcionamento do sistema, bem como por fornecer instrução básica aos usuários designados pela contratante para correta operação dos equipamentos e sistemas instalados.

c) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022 acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;

d) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007 de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 581.517,59

9.2. O valor estimado total da contratação é de R\$ 581.517,59 (Quinhentos e oitenta e um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRIAM PADILHA PEREIRA

Elaboradora



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 17:16:11.

VALDEZ DA SILVA LISBOA

Oficial P/4



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 17:19:28.

REINALDO RISI DE ALMEIDA

Cmt

Despacho: Autorizo o prosseguimento.

CLODOALDO DONIZETTI DA CRUZ

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 10:46:34.



www.policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA
METROPOLITANA QUATRO
PROJETO BÁSICO Nº 4BAEP – 001/04/26

1. OBJETO:

1.1. Projeto básico para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, visando à execução de serviços de pintura e recuperação predial completa (áreas internas e externas) das edificações do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (4º BAEP). A contratação dos serviços justifica-se pela necessidade de reparação, adequação e melhoria das instalações, visando a preservação das instalações prediais através do tratamento de patologias existentes (fissuras, infiltrações, reboco fofo), a padronização estética e visual de toda a Unidade (interna e externa) e a garantia da salubridade dos ambientes de trabalho e alojamentos da tropa;

1.1.1. Unidade: 4º BAEP;

1.1.2. Endereço: Avenida Doutor José Artur Nova, 917 - Parque Paulistano - São Paulo - SP, CEP: 08090-000 – Telefone (11) 2037- 2219;

1.1.3. Área aproximada de intervenção: 1.252,44 m².

1.2. Os serviços deverão ser executados com fornecimento total de mão de obra e material, devendo atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

2. ANEXOS

2.1. Memorial Descritivo Nº **4BAEP – 001/04/26**;

2.2. Orçamento Estimativo Nº **4BAEP – 001/04/26**;

2.3. Cronograma Físico Financeiro Nº **4BAEP – 001/04/26**;

2.4. Relatório fotográfico do local.

São Paulo, 15 de Abril de 2026.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO
MEMORIAL DESCRITIVO Nº 4BAEP – 001/04/2026**

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. O presente memorial deve ser detalhadamente analisado em todas as suas peças, ficando claro que os sistemas ou elementos apontados em quaisquer das peças devem ser considerados como se estivessem estabelecidos em todas, e os que não forem relatados entender-se-ão conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) respectivas;
- 1.2. A apresentação da proposta implicará plena ciência das condições técnicas aparentes e das informações disponibilizadas pela Administração, não sendo admitidas alegações posteriores decorrentes de omissões verificáveis por ocasião da vistoria técnica.”
- 1.3. A mão de obra será de inteira responsabilidade da Contratada e de primeira qualidade, devendo ser especializada para a obra ora licitada;
- 1.4. Os equipamentos e materiais deverão ser devidamente adequados para as finalidades específicas do presente Memorial Descritivo, de acordo com as normas pertinentes ao serviço. Os materiais empregados deverão obedecer às especificações contidas no presente Memorial Descritivo;
- 1.5. Todas as marcas comerciais eventualmente citadas neste Memorial Descritivo possuem caráter meramente referencial, admitindo-se materiais equivalentes ou superiores em desempenho, qualidade e conformidade técnica, desde que previamente aprovados pela Fiscalização.
- 1.6. A execução deverá estar de acordo com o disposto no presente Memorial Descritivo, Edital de Licitação, Termo de Contrato e Supervisão do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo;
- 1.7. Ficará a critério da Fiscalização da Contratante impugnar e mandar demolir / refazer trabalhos executados em desacordo com o projeto, os quais serão refeitos pela Contratada sem quaisquer ônus para a Contratante;
- 1.8. **Antes do fornecimento, da instalação ou assentamento de quaisquer materiais previstos neste memorial descritivo e na planilha orçamentária, a Contratada, obrigatoriamente, deverá apresentar à Fiscalização e à Contratante o mostruário com os tipos, cores, materiais etc., para que estes sejam aprovados antes da execução final;**
- 1.9. Garantia: a Contratada deverá oferecer, por escrito, garantia de 05 (cinco) anos sobre os serviços realizados e materiais empregados, contados a partir da entrega dos serviços nos termos do art. 618 do Código Civil.

2. DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

2.1. Visando à conservação do patrimônio imobiliário, bem como proporcionar maior conforto, salubridade e padronização visual, serão contratados os serviços de pintura e recuperação predial completa (áreas internas e externas) das edificações da Sede do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (4º BAEP), situado na Avenida Doutor José Artur Nova, 917 - Parque Paulistano, São Paulo - SP, 08090-000;

2.2. Estão inclusos nos serviços, para as Áreas Externas, a limpeza com hidrojateamento, remoção de revestimentos soltos, tratamento de trincas e fissuras, chapisco, reboco, impermeabilização e a pintura das paredes externas (fachadas e muros). Para as Áreas Internas, estão inclusos a remoção de pintura solta, reparos em alvenaria (chapisco/reboco), a aplicação de massa corrida (PVA ou Acrílica) em todas as paredes e tetos, e a pintura acrílica conforme o padrão de cores de cada ambiente. Estão inclusos também, como Elementos Complementares, o lixamento, preparação e pintura de todos os elementos (portas de madeira, portões, janelas e grades metálicas).

2.3. A contratação dos serviços justifica-se pela necessidade de adequação e melhorias das instalações, proporcionando assim, condições mais salubres ao ambiente de trabalho para os policiais militares que laboram no local;

2.4. Estão incluídos o fornecimento total de mão-de-obra e materiais, bem como a disponibilização de equipamentos e maquinários necessários à implementação do projeto em 3 (três) meses, devendo obedecer ao estabelecido neste Memorial Descritivo e seus Anexos.

3. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS

3.1 Os materiais e técnicas adotados deverão ser os usuais em nosso padrão atual de engenharia, de forma a atender as normas técnicas oficiais e os textos legais em vigor, visando a melhor razão custo/benefício, além de evitar materiais e técnicas especiais que dificultem sua manutenção ou eventual reparo;

3.2 Os serviços poderão discorrer em dias e horários convenientes à Contratada, cumprindo a jornada mínima semanal estabelecida para cada profissão, devendo haver um acordo prévio, ciência e autorização da Fiscalização em casos contrários ao estabelecido;

3.3 Caberá à Contratada detalhar as informações técnicas com a realização de levantamentos de todas as áreas. A equipe deverá ser dimensionada de forma que o escopo dos serviços seja integralmente executado dentro do prazo estipulado neste Memorial Descritivo.

3.4 O Local em obras deverá ser devidamente isolado pela Contratada, a qual manterá controle para que somente pessoas envolvidas com a atividade tenham acesso ao local;

3.5 Visando atender a NR-6, a Contratada deverá disponibilizar equipamentos de proteção individual (EPI) adequados a todos os empregados mobilizados para a prestação do serviço objeto desta licitação. O tipo e quantidade desses equipamentos deverão estar de acordo com a natureza dos serviços que serão realizados e de acordo com a legislação em vigor. Os EPI deverão ter Certificado de Aprovação de EPI pelo MTE e serão fornecidos em intervalos compatíveis com a sua duração e prazo de validade, de acordo com as normas vigentes de forma que todos os empregados sempre disponham dos deles em boas condições de uso;

3.6 Serão obedecidas, no que couber, as disposições relativas à Segurança e Saúde do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras, aprovadas pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06.07.78.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1 Sede do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (4º BAEP): Av. Dr. José Artur Nova, 917 - Parque Paulistano, São Paulo - SP, CEP: 08090-000 - Telefone: (11) 2037-2219.

4.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

4.2.1 Serviços de pintura e recuperação predial completa (áreas internas e externas) das edificações do 4º BAEP, com fornecimento total de mão de obra e material. O escopo inclui a remoção de revestimentos soltos, tratamento de trincas e fissuras, reparos de reboco, impermeabilização de superfícies, aplicação de massa corrida em ambientes internos, e a pintura de todas as paredes, tetos, muros, portas, janelas e grades, devendo atender às normas da ABNT, Códigos, Leis, Decretos, Portarias (em especial as NRs 18 e 35 do MTE) e Normas Federais, Estaduais e Municipais, bem como as normas das concessionárias de serviços públicos.

4.3 ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.3.1 Serviços preliminares;

4.3.2 Manutenção do Muro Completo;

4.3.3 Manutenção prédio Comando;

4.3.4 Manutenção prédio alojamento 02;

4.3.5 Manutenção prédio rancho;

4.3.6 Manutenção prédio P/5, alojamento cabos e soldados;

4.3.7 Manutenção prédio P/3, alojamento cabos e soldados e sala 1º Cia;

4.3.8 Manutenção prédio P/4, gabinete de odontologia, alojamento cabos e soldados;

4.3.9 Manutenção sala de aula alfa alunos;

4.3.10 Manutenção prédio UIS, P/2, reserva de arma, sala de aula bravo alunos e alojamento Sargentos;

4.3.11 Manutenção prédio academia, alojamentos femininos e masculinos de cabos e soldados. subtenentes e sargentos e Motomec;

4.3.12 Manutenção prédio guarda principal;

4.3.13 Manutenção prédio grêmio oficial, alojamento de oficiais e alojamento alfa e bravo - alunos;

4.4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

4.4.1. Serviços preliminares

4.4.1.1 Placa de identificação para obra:

4.4.1.1.1 Fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra, englobando os módulos referente às placas do Governo do Estado de São Paulo, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por: chapa em aço galvanizado nº 16 ou nº 18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries; fundo em compensado de madeira; espessura de 12 mm; requadro e estrutura em madeira; marcas, logomarcas, assinaturas e título da obra, conforme especificações do Manual de Padronização de Assinaturas do Governo do Estado de São Paulo e da empresa Gerenciadora; Pontaltes de “*Erisma uncinatum*” (conhecido como *Quarubarana* ou *Cedrinho*), ou “*Qualea spp*” (conhecida como Cambará), de 3" x 3".

4.4.1.2 Locação de Container tipo escritório:

4.4.1.2.1 locação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para escritório e um sanitário completo, piso impermeável e antiderrapante, com instalações internas completas, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

4.4.1.3 Locação de Container tipo depósito:

4.4.1.3.1 locação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para depósito, para guarda de material e ferramentas, devidamente impermeabilizado e com tranca de segurança, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

4.4.1.4 Andaime torre metálico:

4.4.1.4.1 fornecimento de locação de andaime tubular tipo torre metálico com base quadrada (1,5 x 1,5 m), mão de obra necessária para transporte interno na obra: Quadros de base com travamentos e rodas emborrachadas para locomoção; guarda-corpo e rodapé, plataforma e quadros com escada; pisos metálicos. Utilizado somente para postes e pontos localizados; não substitui o andaime fachadeiro. Conforme NR 18 e/ou normas vigentes. Não remunera montagem e desmontagem.

4.4.1.5 Montagem e desmontagem de andaime torre metálico:

4.4.1.5.1 o fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaimes em torres com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.1.6 Instalações provisórias e condições organizacionais:

4.4.1.6.1 O canteiro de obras, para efeito deste MEMORIAL, compreende todas as instalações provisórias junto à área das intervenções, com a finalidade de garantir as condições adequadas de trabalho, abrigo, segurança e higiene a todos os elementos envolvidos, direta ou indiretamente, na execução e identificação, em conformidade às normas técnicas vigentes;

Cuidados especiais deverão ser adotados no caso de armazenamento dos materiais a serem utilizados na execução da obra;

4.4.1.6.2 No caso de materiais perecíveis, tais como, cimento, aditivos, resinas, etc., devem ser tomadas medidas especiais para a correta proteção, evitando-se infiltrações de água e outros líquidos nos depósitos destes materiais;

4.4.1.6.3 Do mesmo modo os materiais metálicos devem estar sempre protegidos, limpos e armazenados de forma adequada;

4.4.1.6.4 A Contratada dedicará especial atenção aos detalhes de armazenamento e utilização desses materiais, de maneira a garantir a sua correta aplicação nas peças a que se destinam;

4.4.1.6.5 Após a conclusão da obra, de acordo com as determinações da Fiscalização, o canteiro de serviços e os demais ambientes envolvidos deverão ser totalmente limpos, procedendo-se a desmontagem de suas instalações, executando-se demolições necessárias, eliminação de todas as interferências, removendo-se todo o entulho e materiais inservíveis (restituição da área em condições de utilização);

4.4.1.6.6 Todos os elementos utilizados durante o serviço deverão ser mantidos em permanente estado de limpeza, higiene e conservação;

4.4.1.6.7 O local para a instalação do canteiro de serviço será definido pela Fiscalização;

4.4.1.7 Equipamentos:

4.4.1.7.1 O canteiro de serviços instalado pela Contratada deverá contar, de acordo com a natureza de cada uma de suas etapas, com todos os equipamentos, maquinários, ferramentas etc., necessários a sua boa execução, tais como andaimes, betoneiras, geradores, compressores, vibradores, compactadores, serras circulares, giricas etc;

4.4.1.7.2 A Contratada deverá ter especial atenção quanto ao isolamento das áreas de intervenção, conforme cronograma de serviços, sem causar interrupção do atendimento ao público e demais serviços, sem que haja acesso por pessoas estranhas à obra.

4.4.2 Manutenção do Muro Completo:

4.4.2.1 A Contratada deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.2.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela Contratada dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras

instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.2.3 Antes do início dos serviços de retirada, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes, tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.2.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais, ficando a Contratada responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.2.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da Contratada, todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.2.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.2.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.2.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas aplicáveis a este item (Muro Completo):

4.4.2.8.1 O fornecimento de equipamentos, materiais de consumo e a mão-de-obra necessária para a execução de serviços de limpeza em superfícies (fachadas e muros), por meio de jato d'água de alta pressão;

4.4.2.9 Serviços de Recuperação e Acabamento:

4.4.2.9.1 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.2.9.2 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura na massa;

4.4.2.9.3 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente. Será medido pela área revestida com chapisco;

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.2.9.4 Fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco; Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.2.9.5 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para exteriores e interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, aplicação do esmalte em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para metais (zarcão ou similar) à base de água sobre superfícies de metais, alumínio, galvanizados, conforme especificações do fabricante;

4.4.2.9.6 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintura das paredes;

4.4.2.9.7 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes e transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.3 Manutenção prédio do Comando

4.4.3.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.3.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras

instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.3.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.3.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.3.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.3.6 Toda demolição deverá ser efetuada, utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.3.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.3.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas aplicáveis a este item (**Prédio Comando**):

4.4.3.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.3.8.2 Fornecimento de locação de andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis, montado com no mínimo 1,0 m de largura a partir da face externa da fachada, constituído por: quadros de base com travamentos, nivelados por meio de sapatas ajustáveis; guarda-corpos e rodapés, plataformas e quadros com escadas; pavimento de pisos metálicos, conforme NR 18. Este item remunera a locação (aluguel) do equipamento e não remunera a montagem e desmontagem.

4.4.3.8.3 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.3.8.4 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada.

4.4.3.8.5 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.3.8.6 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento (Ref. Cód. CDHU 03.10.140), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.3.8.7 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre a superfície do teto. Será medido pela área de superfície preparada e pintada (Teto);

4.4.3.8.8 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes e transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.4 Manutenção prédio alojamento 02;

4.4.4.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.4.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.4.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a

natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.4.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais, ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.4.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.4.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinadas nas reuniões iniciais;

4.4.4.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.4.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (Alojamento 02):**

4.4.4.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e translado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.4.8.2 Fornecimento de locação de andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis, montado com no mínimo 1,0 m de largura a partir da face externa da fachada, constituído por: quadros de base com travamentos, nivelados por meio de sapatas ajustáveis; guarda-corpos e rodapés, plataformas e quadros com escadas; pavimento de pisos metálicos, conforme NR 18. Este item remunera a locação (aluguel) do equipamento e não remunera a montagem e desmontagem.

4.4.4.8.3 Mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.4.8.4 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente.

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas

desenvolvidas (m²) serão medidas pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.4.8.5 Fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco; será medido pela área revestida com reboco.

Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.4.8.6 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.4.8.7 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.4.8.8 (PAREDES) fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa (paredes), conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079.

4.4.4.8.9 (TETO) fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre a superfície do teto. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.4.8.10 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes e transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.5 Manutenção prédio Rancho;

4.4.5.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.5.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.5.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.5.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.5.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.5.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinadas nas reuniões iniciais;

4.4.5.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.5.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (Prédio Rancho):**

4.4.5.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.5.8.2 Compreende a mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.5.8.3 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.5.8.4 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente. Será medido pela área revestida com chapisco.

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.5.8.5 O fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco. Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.5.8.6 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.5.8.7 PAREDES fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada das paredes;

4.4.5.8.8 TETO fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.5.8.9 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes e transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.6 Manutenção prédio p5, alojamento cabos e soldados;

4.4.6.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.6.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.6.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.6.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais, ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.6.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.6.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.6.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.6.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas aplicáveis a este item **(p5, alojamento cabos e soldados)**:

4.4.6.8.1 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.6.8.2 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.6.8.3 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.6.8.4 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.6.8.5 (PAREDES) fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessários para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa (paredes), conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15.079.

4.4.6.8.6 (TETO) fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre a superfície do teto. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.6.8.7 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes materiais e, transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.7 Manutenção prédio P3, alojamento cabos e soldados e sala 1ª Cia.

4.4.7.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.7.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.7.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.7.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.7.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.7.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.7.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.7.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (P3, alojamento cabos e soldados e sala 1ª Cia):**

4.4.7.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.7.8.2 Mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) ou pintura de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.7.8.3 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão

de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.7.8.4 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente. Será medido pela área revestida com chapisco.

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Serão medidas pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.7.8.5 O fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco. Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.7.8.6 Fornecimento da mão de obra e materiais (lixas) necessários para a remoção de pintura existente em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento, visando à remoção de brilho, ferrugem ou partes soltas, para criar a aderência necessária para o novo fundo e pintura esmalte.

4.4.7.8.7 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.7.8.8 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.7.8.9 Fornecimento de Textura Acrílica, referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: aplicação de selador acrílico e posterior aplicação da textura (tipo Riscado/Grafiato, a ser definido pela Fiscalização) com desempenadeira de aço e PVC, garantindo um acabamento uniforme e na cor definida pela Fiscalização.

4.4.7.8.10 PAREDES Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.7.8.11 TETO Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo, fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.7.8.12 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes materiais e, transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.8 Manutenção prédio p4, gabinete de odontologia, alojamento cabos e soldados;

4.4.8.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.8.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.8.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.8.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.8.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às

especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.8.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.8.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.8.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (p4, gabinete de odontologia, alojamento cabos e soldados)**:

4.4.8.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.8.8.2 Compreende a mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) ou pintura de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.8.8.3 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.8.8.4 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente.

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.8.8.5 O fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco. Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.8.8.6 O fornecimento da mão de obra e materiais (lixas) necessários para a remoção de pintura existente em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento, visando à remoção de brilho, ferrugem ou partes soltas, para criar a aderência necessária para o novo fundo e pintura esmalte.

4.4.8.8.7 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.8.8.8 Fornecimento de esmalte à base de água (para madeira), acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.8.8.9 Fornecimento de esmalte à base de água (para metais), acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para metais (zarcão ou similar) à base de água; sobre superfícies de metais, alumínio, galvanizados, conforme especificações do fabricante;

4.4.8.8.10 PAREDES fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.8.8.11 TETO fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.8.8.12 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes materiais e, transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.9 Manutenção prédio sala de aula Alfa Alunos.

4.4.9.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.9.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.9.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.9.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.9.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.9.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.9.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.9.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (sala de aula Alfa-Alunos):**

4.4.9.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.9.8.2 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante,

aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.9.8.3 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza da superfície, **lixamento (remoção de pintura em massa)**, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.9.8.4 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.9.8.5 PAREDES fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: **limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa)**, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.9.8.6 TETO fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.9.8.7 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes materiais e, transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.10 Manutenção prédio UIS, p2, reserva de arma, sala de aula bravo e alojamento Sargentos.

4.4.10.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.10.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.10.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.10.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.10.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.10.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinadas nas reuniões iniciais;

4.4.10.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.10.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas aplicáveis a este item (**UIS, P2, reserva de arma, sala de aula bravo e alojamento Sargentos.**):

4.4.10.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e translado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.10.8.2 Mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) ou pintura de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.10.8.3 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.10.8.4 Mão-de-obra, materiais (lixa, espátulas, etc.) e equipamentos necessários para a **remoção de pintura a óleo ou esmalte** de superfícies que se encontrem soltas, descascadas ou com falta de aderência, através de lixamento manual/mecânico ou raspagem, preparando o substrato para novo fundo e acabamento.

4.4.10.8.5 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.10.8.6 remunera o fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente.

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.10.8.7 o fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco. Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.10.8.8 Fornecimento de Textura Acrílica; referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: aplicação de selador acrílico e posterior aplicação da textura (tipo Riscado/Grafiato, a ser definido pela Fiscalização) com desempenadeira de aço e PVC, garantindo um acabamento uniforme e na cor definida pela Fiscalização.

4.4.10.8.9 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.10.8.10 fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.10.8.11 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para exteriores e interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura,

Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para metais (zarcão ou similar) à base de água; sobre superfícies de metais, alumínio, galvanizados, conforme especificações do fabricante;

4.4.10.8.12 PAREDES fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, **lixamento**, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.10.8.13 TETO fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.10.8.14 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes materiais e, transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.11 Manutenção prédio academia, alojamento feminino cabos e soldados e masculino subtenentes e sargentos e Motomec;

4.4.11.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.11.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.11.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes, tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.11.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais, ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.11.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.11.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinadas nas reuniões iniciais;

4.4.11.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.11.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (prédio academia, alojamento feminino cabo e soldados/masculino subtenentes e sargentos e Motomec):**

4.4.11.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.11.8.2 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.11.8.3 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.11.8.4 Remunera o fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente. Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se

descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.11.8.5 O fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco; será medido pela área revestida com reboco. Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.11.8.6 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.11.8.7 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.11.8.8 PAREDES fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.11.8.9 TETO fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.11.8.10 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes materiais e, transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.12 Manutenção prédio guarda principal.

4.4.12.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.12.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.12.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.12.4 Devido à existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.12.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.12.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.12.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.12.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (guarda principal)**:

4.4.12.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.12.8.2 Mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) ou pintura de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.12.8.3 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.12.8.4 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.12.8.5 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente. Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.12.8.6 Fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco. Será medido pela área revestida com reboco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).

4.4.12.8.7 Fornecimento de Textura Acrílica; referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: aplicação de selador acrílico e posterior aplicação da textura (tipo Riscado/Grafiato, a ser definido pela Fiscalização) com desempenadeira de aço e PVC, garantindo um acabamento uniforme e na cor definida pela Fiscalização.

4.4.12.8.8 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.12.8.9 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para madeira (nivelador) à base de água; sobre superfícies de madeira, conforme especificações do fabricante.

4.4.12.8.10 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.12.8.11 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera, também, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.12.8.12 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes e transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.4.13 Manutenção prédio grêmio oficial, alojamento de oficiais e alojamento alfa e bravo-alunos;

4.4.13.1 A CONTRATADA deverá, com esmero e perícia, retirar todos os itens existentes na área a ser adequada, que apresentem interferências técnicas ou estéticas, com a aplicação das soluções previstas em projeto;

4.4.13.2 As demolições e retiradas necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitarem danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

4.4.13.3 Antes do início dos serviços de retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

4.4.13.4 Devido a existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

4.4.13.5 As partes a serem demolidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Nas áreas internas, o isolamento contra poeira deverá ser total. Toda a retirada será manual. Os serviços serão aceitos após a efetiva demolição e a posterior remoção da

totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

4.4.13.6 Toda demolição deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinada nas reuniões iniciais;

4.4.13.7 As remoções de peças que serão reaproveitadas ou reinstaladas devem obedecer ao critério de seleção dessas peças, limpeza e a guarda do material reaproveitável;

4.4.13.8 Estão previstos, dentre outros, os seguintes serviços de demolições para recomposições e retiradas **aplicáveis a este item (grêmio oficial, alojamento de oficiais e alojamento alfa e bravo-alunos)**:

4.4.13.8.1 O fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado;

4.4.13.8.2 Fornecimento de locação de andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis, montado com no mínimo 1,0 m de largura a partir da face externa da fachada, constituído por: quadros de base com travamentos, nivelados por meio de sapatas ajustáveis; guarda-corpos e rodapés, plataformas e quadros com escadas; pavimento de pisos metálicos, conforme NR 18. Este item remunera a locação (aluguel) do equipamento e não remunera a montagem e desmontagem.

4.4.13.8.3 Mão-de-obra e equipamentos necessários para remoção de revestimento em argamassa (reboco/emboço) ou pintura de paredes ou tetos que se encontrem soltos, estufados, pulverulentos ou em processo de descolamento. O serviço será executado com auxílio de espátulas, talhadeiras e martelos, até que se atinja um substrato firme e coeso.

4.4.13.8.4 Fornecimento de materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza da superfície, lixamento (remoção de pintura em massa), remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante;

4.4.13.8.5 Fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente emulsão acrílica para vedação de trincas, fita autoadesiva em poliéster e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador, aplicação da emulsão acrílica vedante, aplicação de impermeabilizante acrílico, colagem da fita autoadesiva em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa;

4.4.13.8.6 Fornecimento de adesivo de alto desempenho que evita a retração da argamassa e proporciona impermeabilidade, cimento, areia e a mão de obra necessária para a execução do chapisco, referência comercial Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente.

Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²). Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²);

4.4.13.8.7 Fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco; será medido pela área revestida com reboco.

4.4.13.8.8 Fornecimento de Textura Acrílica; referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: aplicação de selador acrílico e posterior aplicação da textura (tipo Riscado/Grafiato, a ser definido pela Fiscalização) com desempenadeira de aço e PVC, garantindo um acabamento uniforme e na cor definida pela Fiscalização.

4.4.13.8.9 Fornecimento de Massa Corrida PVA (para áreas internas secas); referência comercial Suvinil, Coral ou equivalente. Remunera materiais acessórios e a mão de obra necessária para: lixamento da superfície (se reboco existente) ou aguardar a cura do reboco novo; remoção do pó; aplicação em, no mínimo, 2 (duas) demãos de massa corrida, com lixamento (lixa grana 180-220) entre demãos e ao final, visando uma superfície perfeitamente lisa e nivelada;

4.4.13.8.10 Fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semibrilho, ou brilhante; uso geral para exteriores e interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), aplicação de fundo para metais (zarcão ou similar) à base de água; sobre superfícies de metais, alumínio, galvanizados, conforme especificações do fabricante;

4.4.13.8.11 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079. Será medido pela área de superfície preparada e pintada pintura das paredes;

4.4.13.8.12 Fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica, aditivada com agente fungicida (antimofo), referência comercial Metalatex Antimofo fabricação Sherwin Williams, Suvinil ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos. Será medido pela área de superfície preparada e pintada.

4.4.12.8.13 Todos os materiais retirados deverão passar pelo crivo da Fiscalização e dos responsáveis pelo serviço, a fim de verificar a possibilidade e necessidade de reaproveitamento ou descarte destes e transportado a locais apropriados, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e Conselho Nacional do Meio Ambiente.

4.5 Limpeza geral e teste final dos sistemas instalados:

4.5.1 O local deverá ser entregue completamente limpo, interna e externamente, com todas as instalações em perfeito funcionamento.

4.5.2. Remoção de entulho:

4.5.2.1 Fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal até a caçamba;

4.5.2.2 Remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, acondicionados em caçambas distintas, sem mistura de material, abrangendo:

4.5.2.3 A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação. Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;

4.5.2.4 Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;

4.5.2.5 Fornecimento da mão-de-obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;

4.5.2.6 Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba. A mão-de-obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados;

4.5.3 Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o "Controle de Transporte de Resíduos" (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;

4.5.3.1 Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas;

4.5.3.2 Concluídos todos os trabalhos de execução e limpeza da área objeto da obra, será realizado o teste de todos os sistemas instalados com a presença do gestor do contrato.

5 DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRAZOS:

5.1 Será realizada uma Reunião Técnica, devidamente registrada em **Ata específica**, assinada por todos os envolvidos, para a apresentação, pelos representantes da Polícia Militar, aos representantes técnicos da CONTRATADA, os principais aspectos e critérios que deverão ser adotados na análise de cada etapa da obra, abordando:

- 5.1.1 Definição dos serviços a serem elaborados;
- 5.1.2 Discussão sobre as diretrizes dos serviços;
- 5.1.3 Especificação dos padrões de qualidade a ser aplicado aos serviços;
- 5.1.4 Fixação dos prazos parciais e finais para entrega dos serviços;
- 5.1.5 Pontos críticos de cada serviço e possíveis soluções;
- 5.1.6 Características e peculiaridades do local e dos usuários envolvidos;
- 5.1.7 Definição dos técnicos responsáveis pelos serviços e vistoria *in loco*;
- 5.1.8 Definição dos critérios de medição e pagamento.

5.2 Com base no resultado da Reunião Técnica, a licitante CONTRATADA deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após a data da reunião, o Plano de Trabalho detalhado, o cronograma dos serviços, a equipe de trabalho e os recursos materiais.

5.3 A empresa CONTRATADA deverá possuir estrutura suficiente para atender às atividades definidas na Reunião Técnica e os prazos estipulados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

6.1 Execução:

- 6.1.1 Não poderão ser executados serviços não previstos em contrato sem motivação prévia e autorização do Contratante;
- 6.1.2 O início das obras está condicionado ao Termo de Contrato;
- 6.1.3 **Deverão ser emitidas ART/RRT com a responsabilidade do profissional relacionado à empresa**, estando em conformidade com as Leis Federais nº 6.496/77 e nº 12.378/10 da execução dos serviços envolvidos, assinados por profissionais credenciados pelo CREA/CONFEA/CAU, conforme Leis Federais nº 5.194/66 e nº 12.378/10, respectivamente e encaminhar cópias ao Contratante no ato da assinatura do Contrato;
- 6.1.4 Todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da Contratada;
- 6.1.5 Caberá somente ao Contratante a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global;

6.1.6 Na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Neste caso deverão ser aprovadas pelo Contratante eventuais alterações em relação ao projeto apresentado;

6.1.7 Todo entorno afetado pela obra deve ser reconstituído, como calçamento, paredes próximas, etc;

6.2 Horários

6.2.1 Os serviços deverão ser executados em dia de expediente, de segunda à sexta – feira, das 08h às 17h;

6.3 Preços:

6.3.1 A Contratada deverá apresentar planilha contendo quantidade dos serviços e seus preços unitários, de acordo com o contido neste Memorial Descritivo, e ainda o preço global da proposta.

6.4 Prazos:

6.4.1 **De início:** 1º dia útil a contar da assinatura do Contrato.

6.4.2 **De execução:** 90 (noventa) dias, excluindo os dias que implicarem em parada da obra, conforme liberação e aprovação do Contratante.

6.4.3 **De garantia:** 05 (cinco) anos.

6.4.4 **De validade da proposta:** 60 (sessenta) dias.

6.5 Profissionais:

6.5.1 O pessoal empregado deverá ser competente para a execução da obra, além de serem identificados previamente, portar crachá de identificação fornecido pela Contratada, cabendo à fiscalização da contratante e à segurança da Unidade, a proibição da entrada e permanência de indivíduos considerados suspeitos e indesejáveis, ou que de alguma forma representem prejuízos à segurança da Organização Policial Militar – OPM, no local da obra.

6.5.2 Caberá o responsável da empresa apresentar a lista de funcionários com devido número de identificação (RG/CPF), para que haja uma pesquisa em meio inteligência policial.

6.6 Vistoria:

6.6.1 As licitantes poderão vistoriar o local da obra a fim de conhecer as condições físicas, peculiaridades e quantidades envolvidas.

6.6.2 A Contratada deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT e especificamente o disposto na Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977 e na portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 e suas Normas Regulamentadoras. As irregularidades constatadas pela Fiscalização do Contratante deverão ser de prontamente sanadas. A Contratada deverá manter o canteiro de obras sempre limpo.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Capacitação técnica:

7.1.1. As empresas licitantes deverão comprovar, na data de entrega da proposta que possui(em):

7.1.2. Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução. Os atestados devem corresponder a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância do objeto licitado, relacionadas na tabela a seguir:

Tabela 1 - Capacidade técnico-operacional

Nº	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA (%)	UNIDADE	QUANT. TOTAL	QUANT. EXIGIDA (50%)
1.1	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo (superfície acabada)	56,18%	m ²	9078	4539
1.2	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura	6,15%	m ²	649	325
1.3	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro	4,27%	m ²	1870	935
1.4	Pintura em Esmalte (Soma de Madeira e Metal)	3,48%	m ²	400	200
1.5	Massa corrida à base de PVA (Áreas Internas)	1,88%	m ²	693	347
1.6	Reboco (Superfície preparada para pintura)	1,00%	m ²	431	216

8. DAS OBSERVAÇÕES GERAIS:

A Contratada deverá manter no local o livro de registro de serviço diário, devendo o Contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo; nesse livro devem estar registrados os trabalhos em

andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, etc.;

A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT e especificamente o disposto na Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977 e na portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 e suas Normas Regulamentadoras;

- 8.1. As irregularidades constatadas e notificadas pela Fiscalização deverão ser de pronto sanadas;
- 8.2. A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável pelas licitantes dos termos deste projeto básico e seus anexos, bem como implica o dever de observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis e, portanto, é inadmissível, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em quaisquer fases do certame e execução contratual.

Responsável pela Elaboração:
Sd PM 2ª CI 231355-3 Padilha
Aux. de Logística – 4º BAEP
São Paulo, 07 de maio de 2026



www.policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 12 de março de 2026.

CROQUI Nº 4º BAEP 001/04/26

Da Sd PM Padilha

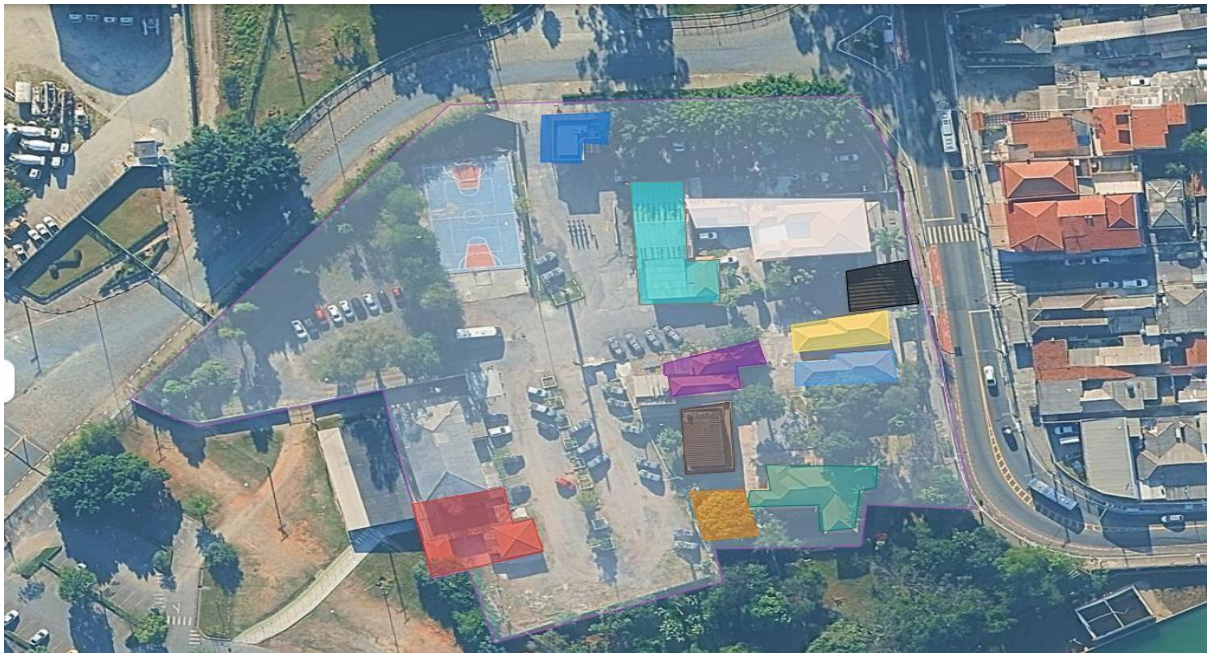
Ao Ch Sec Log do CPA/M4.












Assunto: Serviços de pintura e recuperação predial completa.

Referência: Processo SEI Nº 057.00541033/2025-06.

1. Este croqui tem como objetivo auxiliar e orientar o processo de contratação do serviço de Pintura e Recuperação Predial Completa do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (4º BAEP).

2. A imagen contida neste relatório tem como objetivo auxiliar e orientar o processo de contratação do serviço completo de recuperação e pintura das fachadas das edificações deste Batalhão.



-  GUARDA PRINCIPAL
-  ACADEMIA/ALOJAMENTO FEMININO CB/SD (GOLF), SUBTEN/SGT E MOTOMEC
-  PRÉDIO DO P2, RESERVA DE ARMAS, SALA DE AULA "B", ALOJAMENTO SGT E SJD
-  PRÉDIO DO P5, ALOJAMENTO CB/SD "C".
-  PRÉDIO DO P1, P3 E ALOJAMENTO CB/SD "A" SALA DO CMT 1ª CIA
-  PRÉDIO DOS AULUNOS "A", E SALA TELEMÁTICA
-  PRÉDIO DO P4, ALOJAMENTO CB/SD "B" E GABINETE ODONTOLÓGICO
-  PRÉDIO DO REFEITÓRIO (RANCHO)
-  PRÉDIO DO CMT DO 4º BAEP
-  PRÉDIO DO ALOJAMENTO OFICIAL, SGT E CB/SD "D", "E", "F".
-  PRÉDIO DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA (GRÊMIO), ALOJAMENTO DE OFICIAS E ALOJAMENTO DOS ALUNOS

3. A vistoria técnica prévia é **altamente recomendável**, sendo essencial para que a empresa licitante analise *in loco* todas as condições da obra, os quantitativos apresentados e os descritivos do projeto. Caso sejam identificadas inconsistências ou necessidades de ajustes nos quantitativos, a empresa deverá formalizar suas considerações antes da realização do pregão.

4. O serviço abrange a recuperação completa e a pintura das fachadas e áreas externas de todas as edificações pertencentes

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO ÁREA METROPOLITANA QUATRO

SEÇÃO DE PROJETO

929

ASSUNTO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PINTURA E RECUPERAÇÃO PREDIAL COMPLETA (ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS) DAS EDIFICAÇÕES DO 4º BAEP.
LOCAL:	AVENIDA DOUTOR JOSÉ ARTUR NOVA, 917 PARQUE PAULISTANO, SÃO PAULO- SP.

ITEM	Fonte	Descrição dos serviços	UNID	QTD	UNIT MAT	TOTAL MAT	UNIT MDO	TOTAL MDO	TOTAL
1 SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.1	02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	3,00	R\$ 785,26	R\$ 2.355,78	R\$ 104,34	R\$ 313,02	R\$ 2.668,80
1.2	02.05.212	Andaime tubular facheiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	m²xmês	600,00	R\$ 20,08	R\$ 12.048,00	R\$ 5,45	R\$ 3.270,00	R\$ 15.318,00
1.3	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m	unxmês	3,00	R\$ 1.433,14	R\$ 4.299,42	R\$ 155,52	R\$ 466,56	R\$ 4.765,98
1.4	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	unxmês	3,00	R\$ 906,77	R\$ 2.720,31	R\$ 92,75	R\$ 278,25	R\$ 2.998,56
						R\$ 21.423,51		R\$ 4.327,83	R\$ 25.751,34

2 MANUTENÇÃO MURO COMPLETO									
2.1	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	190,85	R\$ 0,39	R\$ 74,43	R\$ 6,62	R\$ 1.263,43	R\$ 1.337,86
2.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	55,00	R\$ 30,55	R\$ 1.680,25	R\$ 27,92	R\$ 1.535,60	R\$ 3.215,85
2.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	127,43	R\$ 7,60	R\$ 968,47	R\$ 5,31	R\$ 676,65	R\$ 1.645,12
2.4	17.02.220	Reboco	m²	127,43	R\$ 2,02	R\$ 257,41	R\$ 12,59	R\$ 1.604,34	R\$ 1.861,75
2.5	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	25,55	R\$ 19,34	R\$ 494,14	R\$ 33,50	R\$ 855,93	R\$ 1.350,06
2.6	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo	m²	1127,43	R\$ 14,04	R\$ 15.829,12	R\$ 23,98	R\$ 27.035,77	R\$ 42.864,89
						R\$ 19.303,81		R\$ 32.971,72	R\$ 52.275,53

3 MANUTENÇÃO PREDIO COMANDO									
3.1	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	120,52	R\$ 0,39	R\$ 47,00	R\$ 9,94	R\$ 1.197,97	R\$ 1.244,97
3.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	112,09	R\$ 30,55	R\$ 3.424,35	R\$ 27,92	R\$ 3.129,55	R\$ 6.553,90
3.3	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	200,50	R\$ 3,02	R\$ 605,51	R\$ 13,43	R\$ 2.692,72	R\$ 3.298,23
3.4	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo ver quantidade de portas	m²	150,30	R\$ 19,76	R\$ 2.969,93	R\$ 33,50	R\$ 5.035,05	R\$ 8.004,98
3.5	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	831,49	R\$ 14,04	R\$ 11.674,12	R\$ 23,98	R\$ 19.939,13	R\$ 31.613,25
3.6	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	276,20	R\$ 14,04	R\$ 3.877,85	R\$ 23,98	R\$ 6.623,28	R\$ 10.501,12
						R\$ 22.598,76		R\$ 38.617,69	R\$ 61.216,45

4 MANUTENÇÃO PREDIO ALOJAMENTO 02									
4.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	42,60			R\$ 3,41	R\$ 145,27	R\$ 145,27
4.2	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	42,60	R\$ 7,60	R\$ 323,76	R\$ 5,31	R\$ 226,21	R\$ 549,97
4.3	17.02.220	Reboco	m²	42,60	R\$ 2,02	R\$ 86,05	R\$ 12,59	R\$ 536,33	R\$ 622,39
4.4	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	50,00	R\$ 3,02	R\$ 151,00	R\$ 13,43	R\$ 671,50	R\$ 822,50
4.5	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	4,36	R\$ 19,76	R\$ 86,15	R\$ 33,50	R\$ 146,06	R\$ 232,21
4.6	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	305,75	R\$ 14,04	R\$ 4.292,73	R\$ 23,98	R\$ 7.331,89	R\$ 11.624,62
4.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	78,93	R\$ 14,04	R\$ 1.108,18	R\$ 23,98	R\$ 1.892,74	R\$ 3.000,92
						R\$ 6.047,87		R\$ 10.949,99	R\$ 16.997,87

5 MANUTENÇÃO PREDIO RANCHO									
5.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	15,00			R\$ 3,41	R\$ 51,15	R\$ 51,15
5.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	10,25	R\$ 30,55	R\$ 313,14	R\$ 27,92	R\$ 286,18	R\$ 599,32
5.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	15,00	R\$ 7,60	R\$ 114,00	R\$ 5,31	R\$ 79,65	R\$ 193,65
5.4	17.02.220	Reboco	m²	15,00	R\$ 2,02	R\$ 30,30	R\$ 12,59	R\$ 188,85	R\$ 219,15
5.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	25,00	R\$ 3,02	R\$ 75,50	R\$ 12,43	R\$ 335,75	R\$ 411,25
5.6	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	31,29	R\$ 19,76	R\$ 618,29	R\$ 33,50	R\$ 1.048,22	R\$ 1.666,51
5.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	375,82	R\$ 14,04	R\$ 5.276,51	R\$ 23,98	R\$ 9.012,16	R\$ 14.288,68
5.8	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	84,74	R\$ 14,04	R\$ 1.189,75	R\$ 23,98	R\$ 2.032,07	R\$ 3.221,81
						R\$ 7.617,49		R\$ 13.034,02	R\$ 20.651,51

6 MANUTENÇÃO PREDIO P5/ ALOJAMENTO CB/SD									
6.1	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	6,00	R\$ 0,39	R\$ 2,34	R\$ 6,62	R\$ 39,72	R\$ 42,06
6.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	9,40	R\$ 30,55	R\$ 289,28	R\$ 27,92	R\$ 268,03	R\$ 561,31
6.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	6,00	R\$ 7,60	R\$ 45,60	R\$ 5,31	R\$ 31,86	R\$ 77,46
6.4	17.02.220	Reboco	m²	6,00	R\$ 2,02	R\$ 12,12	R\$ 12,59	R\$ 75,54	R\$ 87,66
6.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	31,02	R\$ 3,02	R\$ 93,68	R\$ 13,43	R\$ 416,60	R\$ 510,28
6.6	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	4,68	R\$ 19,76	R\$ 92,48	R\$ 33,50	R\$ 156,78	R\$ 249,26
6.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	421,65	R\$ 14,04	R\$ 5.919,97	R\$ 23,98	R\$ 10.111,17	R\$ 16.031,13
6.8	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	81,30	R\$ 14,04	R\$ 1.141,45	R\$ 23,98	R\$ 1.949,57	R\$ 3.091,03
						R\$ 7.600,92		R\$ 13.049,27	R\$ 20.650,19

7 MANUTENÇÃO PREDIO P3/ ALOJAMENTO CB/SD/ICIA									
7.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	27,00			R\$ 3,41	R\$ 92,07	R\$ 92,07
7.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	109,00	R\$ 30,55	R\$ 3.329,95	R\$ 27,92	R\$ 3.043,28	R\$ 6.373,23
7.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	27,00	R\$ 7,60	R\$ 205,20	R\$ 5,31	R\$ 143,37	R\$ 348,57
7.4	17.02.220	Reboco	m²	27,00	R\$ 2,02	R\$ 54,54	R\$ 12,59	R\$ 339,93	R\$ 394,47
7.5	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	16,69	R\$ 0,39	R\$ 6,51	R\$ 9,94	R\$ 165,90	R\$ 172,41
7.6	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	32,31	R\$ 3,02	R\$ 97,58	R\$ 13,43	R\$ 433,92	R\$ 531,50
7.7	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	16,69	R\$ 19,76	R\$ 329,79	R\$ 33,50	R\$ 659,12	R\$ 888,91
7.8	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	21,00	R\$ 12,29	R\$ 258,09	R\$ 33,50	R\$ 703,50	R\$ 961,59
7.9	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	767,62	R\$ 14,04	R\$ 10.773,38	R\$ 23,98	R\$ 18.407,53	R\$ 29.184,91
7.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	198,26	R\$ 14,04	R\$ 2.783,57	R\$ 23,98	R\$ 4.754,27	R\$ 7.537,85
						R\$ 17.842,61		R\$ 28.642,89	R\$ 46.485,50

8 MANUTENÇÃO PREDIO P4/ GABINETE DE ODONTOLOGIA/ ALOJAMENTO CB/SD									
8.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	2,00			R\$ 3,41	R\$ 6,82	R\$ 6,82
8.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	70,00	R\$ 30,55	R\$ 2.138,50	R\$ 27,92	R\$ 1.954,40	R\$ 4.092,90
8.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	2,00	R\$ 7,60	R\$ 15,20	R\$ 5,31	R\$ 10,62	R\$ 25,82
8.4	17.02.220	Reboco	m²	2,00	R\$ 2,02	R\$ 4,04	R\$ 12,59	R\$ 25,18	R\$ 29,22
8.5	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	43,77	R\$ 0,39	R\$ 17,07	R\$ 9,94	R\$ 435,07	R\$ 452,14
8.6	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	29,50	R\$ 3,02	R\$ 89,09	R\$ 13,43	R\$ 396,19	R\$ 485,28
8.7	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	43,77	R\$ 19,76	R\$ 864,90	R\$ 33,50	R\$ 1.466,30	R\$ 2.331,19
8.8	32.16.050	Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca	m²	2,00	R\$ 43,23	R\$ 86,46	R\$ 9,08	R\$ 18,16	R\$ 104,62
8.9	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	738,84	R\$ 14,04	R\$ 10.373,31	R\$ 23,98	R\$ 17.717,38	R\$ 28.090,70
8.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	198,26	R\$ 14,04	R\$ 2.783,57	R\$ 23,98	R\$ 4.754,27	R\$ 7.537,85
						R\$ 16.372,14		R\$ 26.784,39	R\$ 43.156,53

9 MANUTENÇÃO SALA DE AULA ALFA ALUNOS									
9.1	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	17,80	R\$ 30,55	R\$ 543,79	R\$ 27,92	R\$ 496,98	R\$ 1.040,77
9.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	11,15	R\$ 0,39	R\$ 4,35	R\$ 6,62	R\$ 73,81	R\$ 78,16
9.3	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	20,00	R\$ 3,02	R\$ 60,40	R\$ 13,43	R\$ 268,60	R\$ 329,00
9.4	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	223,65	R\$ 14,04	R\$ 3.140,05	R\$ 23,98	R\$ 5.363,13	R\$ 8.503,17
9.5	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	35,20	R\$ 14,04	R\$ 494,21	R\$ 23,98	R\$ 844,10	R\$ 1.338,30
						R\$ 4.242,79		R\$ 7.046,61	R\$ 11.289,40

10 MANUTENÇÃO PREDIO UIS/P2/RESERVA DE ARMA/ SALA DE AULA B/ALOJ.SGT									
10.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	132,09			R\$ 3,41	R\$ 450,43	R\$ 450,43
10.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	55,00	R\$ 0,39	R\$ 21,45	R\$ 6,62	R\$ 364,10	R\$ 385,55
10.3	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	14,04	R\$ 0,39	R\$ 5,48	R\$ 9,94	R\$ 139,56	R\$ 145,03
10.4	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	77,00	R\$ 30,55	R\$ 2.352,35	R\$ 27,92	R\$ 2.149,84	R\$ 4.502,19
10.5	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	100,09	R\$ 7,60	R\$ 760,68	R\$ 5,31	R\$ 531,48	R\$ 1.292,16
10.6	17.02.220	Reboco	m²	132,09	R\$ 2,02	R\$ 266,82	R\$ 12,59	R\$ 1.663,01	R\$ 1.929,83
10.7	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	166,07	R\$ 12,29	R\$ 2.041,00	R\$ 33,50	R\$ 5.563,35	R\$ 7.604,35
10.8	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	94,50	R\$ 3,02	R\$ 285,39	R\$ 13,43	R\$ 1.269,14	R\$ 1.554,53
10.9	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	80,61	R\$ 19,76	R\$ 1.592,85	R\$ 33,50	R\$ 2.700,44	R\$ 4.293,29
10.10	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	14,36	R\$ 19,34	R\$ 277,72	R\$ 33,50	R\$ 481,06	R\$ 758,78
10.11	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	1427,57	R\$ 14,04	R\$ 20.043,08	R\$ 23,98	R\$ 34.233,13	R\$ 54.276,21
10.12	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	307,77	R\$ 14,04	R\$ 4.321,09	R\$ 23,98	R\$ 7.380,32	R\$ 11.701,42
						R\$ 31.967,92		R\$ 56.925,84	R\$ 88.893,77

11 MANUTENÇÃO PREDIO ACADEMIA/ ALOJ.FEM + SUB E SGT /MOTOMEC			
--	--	--	--

11.1	03.10.140	Remoção de pintura em massa com fixamento	m²	107,00	RS	0,39	RS	41,73	RS	6,62	RS	708,34	RS	750,07	
11.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	82,00	RS	30,55	RS	2.505,10	RS	27,92	RS	2.289,44	RS	4.794,54	
11.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	5,00	RS	7,60	RS	38,00	RS	5,31	RS	26,55	RS	64,55	
11.4	17.02.220	Reboco	m²	5,00	RS	2,02	RS	10,10	RS	12,59	RS	62,95	RS	73,05	
11.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	63,00	RS	3,02	RS	190,26	RS	13,43	RS	846,09	RS	1.036,35	
11.6	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	4,98	RS	19,76	RS	98,40	RS	33,50	RS	166,83	RS	265,23	
11.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo (Paredes) e fixamento	m²	433,06	RS	14,04	RS	6.080,16	RS	23,98	RS	10.384,78	RS	16.464,94	
11.8	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	64,55	RS	14,04	RS	906,28	RS	23,98	RS	1.547,91	RS	2.454,19	
								RS	9.870,04			RS	16.032,89	RS	25.902,93

12	MANUTENÇÃO PREDIO GUARDA PRINCIPAL															
12.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	67,51					R\$	3,41	R\$	230,21	R\$	230,21		
12.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	30,00	R\$	0,39	R\$	11,70	R\$	6,62	R\$	198,60	R\$	210,30		
12.3	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	81,00	R\$	30,55	R\$	2.474,55	R\$	27,92	R\$	2.261,52	R\$	4.736,07		
12.4	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	67,51	R\$	7,60	R\$	513,08	R\$	5,31	R\$	358,48	R\$	871,55		
12.5	17.02.220	Reboco	m²	67,51	R\$	2,02	R\$	136,37	R\$	12,59	R\$	849,95	R\$	986,32		
12.6	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	63,56	R\$	12,29	R\$	781,15	R\$	33,50	R\$	2.129,26	R\$	2.910,41		
12.7	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	90,51	R\$	3,02	R\$	273,34	R\$	13,43	R\$	1.215,55	R\$	1.488,89		
12.8	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	14,04	R\$	19,76	R\$	277,43	R\$	33,50	R\$	470,34	R\$	747,77		
12.9	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	319,01	R\$	14,04	R\$	4.478,90	R\$	23,98	R\$	7.649,86	R\$	12.128,76		
12.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	81,00	R\$	14,04	R\$	1.137,24	R\$	23,98	R\$	1.942,38	R\$	3.079,62		
									R\$	10.083,76			R\$	17.306,15	R\$	27.389,91

13	MANUTENÇÃO PREDIO GREMIO/ALQ.OFICIAL/ALFA E BRAVO-ALUNOS														
13.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	12,40					RS	3,41	RS	42,28	RS	42,28	
13.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com fixamento	m²	18,00	RS	0,39	RS	7,02	RS	6,62	RS	119,16	RS	126,18	
13.3	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	25,00	RS	30,55	RS	763,75	RS	27,92	RS	698,00	RS	1.461,75	
13.4	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	12,40	RS	7,60	RS	94,24	RS	5,31	RS	65,84	RS	160,08	
13.5	17.02.220	Reboco	m²	12,40	RS	2,02	RS	25,05	RS	12,59	RS	156,12	RS	181,16	
13.6	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	32,42	RS	12,29	RS	398,44	RS	33,50	RS	1.086,07	RS	1.484,51	
13.7	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	56,82	RS	3,02	RS	171,60	RS	13,43	RS	763,09	RS	934,69	
13.8	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	9,36	RS	19,76	RS	184,95	RS	33,50	RS	313,56	RS	498,51	
13.9	32.16.050	Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca	m²	12,40	RS	43,23	RS	536,05	RS	9,08	RS	112,59	RS	648,64	
13.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo (Paredes) e fixamento	m²	569,20	RS	14,04	RS	7.991,57	RS	23,98	RS	13.649,42	RS	21.640,98	
13.11	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	129,90	RS	14,04	RS	1.823,80	RS	23,98	RS	3.115,00	RS	4.938,80	
								RS	11.996,47			RS	20.121,14	RS	32.117,60

TOTAL GERAL								R\$	186.968,09			R\$	285.810,44	R\$	472.778,53
(INCLUINDO BDI 23,00%)								R\$	229.970,75			R\$	351.546,84	R\$	581.517,59

Fonte de Pesquisa: Boletim CDHU Versão 201; FDE - 02/2026.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

Elaborado pela SD PADILHA, auxiliar de logística do 4º Batalhão de Ações Especiais de Polícia - 4º BAEP

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANO QUATRO
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO Nº 4BAEP - 001/04/26

ASSUNTO: Pintura dos Prédios do 4º BAEP

AVENIDA DOUTOR JOSÉ ARTUR NOVA, 917 PARQUE PAULISTANO, SÃO PAULO- SP.

			CONFORME O PERÍODO ESTIPULADO		
	DESCRIÇÃO	TOTAL	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS
1	SERVIÇOS PRELIMINÁRES	R\$ 25.751,34	R\$ 8.583,78	R\$ 8.583,78	R\$ 8.583,78
			33,33%	33,33%	33,33%
2	MANUTENÇÃO MURO COMPLETO	R\$ 52.275,53	R\$ 52.275,53	R\$ -	R\$ -
			100,00%	0,00%	0,00%
3	MANUTENÇÃO PREDIO COMANDO	R\$ 61.216,45	R\$ 61.216,45	R\$ -	R\$ -
			100,00%	0,00%	0,00%
4	MANUTENÇÃO PREDIO ALOJAMENTO 02	R\$ 16.997,87	R\$ 8.498,94	R\$ 8.498,94	R\$ -
			50,00%	50,00%	0,00%
5	MANUTENÇÃO PREDIO RANCHO	R\$ 20.651,51	R\$ 6.883,84	R\$ 6.883,84	R\$ 6.883,84
			33,33%	33,33%	33,33%
6	MANUTENÇÃO PREDIO P5/ ALOJAMENTO CB/SD	R\$ 20.650,19	R\$ -	R\$ 20.650,19	R\$ -
			0,00%	100,00%	0,00%
7	MANUTENÇÃO PREDIO P3/ ALOJAMENTO CB/SD/1CIA	R\$ 46.485,50	R\$ -	R\$ 46.485,50	R\$ -
			0,00%	100%	0,00%
8	MANUTENÇÃO PREDIO P4/ GAB DE ODN/ ALOJ CB/SD	R\$ 43.156,53	R\$ -	R\$ 21.578,27	R\$ 21.578,27
			0,00%	50,00%	50,00%
9	MANUTENÇÃO SALA DE AULA ALFA ALUNOS	R\$ 11.289,40	R\$ 11.289,40	R\$ -	R\$ -
			100,00%	0,00%	0,00%
10	MAN PREDIO UIS/P2/RESERVA DE ARMA/ SALA DE AULA B/ALOJ.SGT	R\$ 88.893,77	R\$ 29.631,26	R\$ 29.631,26	R\$ 29.631,26
			33,33%	33,33%	33,33%
11	MAN PREDIO ACAD/ ALOJ.FEM/ SUB E SGT /MOTOMEC	R\$ 25.902,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.902,93
			0,00%	0,00%	100,00%
12	MANUTENÇÃO PREDIO GUARDA PRINCIPAL	R\$ 27.389,91	R\$ 27.389,91	R\$ -	R\$ -
			100,00%	0,00%	0,00%
13	MAN PREDIO GREMIO/ALOJ.OFICIAL/ALFA E BRAVO-ALUNOS	R\$ 32.117,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 32.117,60
			0,00%	0,00%	100,00%
	TOTAL S/ BDI	R\$ 472.778,53	R\$ 205.769,10	R\$ 142.311,76	R\$ 124.697,67
	TOTAL C/ BDI DE 23%	R\$ 581.517,59	R\$ 253.095,99	R\$ 175.043,47	R\$ 153.378,13
	TOTAL ACUMULADO S/ BDI		R\$ 205.769,10	R\$ 348.080,86	R\$ 472.778,53
	TOTAL GERAL E ACUMULADO COM BDI DE 23,00%	R\$ 581.517,59	R\$ 253.095,99	R\$ 428.139,46	R\$ 581.517,59

ASSUNTO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PINTURA E RECUPERAÇÃO PREDIAL COMPLETA (ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS) DAS EDIFICAÇÕES DO 4º BAEP.
LOCAL:	AVENIDA DOUTOR JOSÉ ARTUR NOVA, 917 PARQUE PAULISTANO, SÃO PAULO- SP.

[illegible]

2	MANUTENÇÃO MURO COMPLETO									
2.1	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	190,85						
2.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	M	55,00						
2.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	127,43						
2.4	17.02.220	Reboco	m²	127,43						
2.5	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	25,55						
2.6	33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	m²	1127,43						

3 MANUTENÇÃO PREDIO COMANDO									
3.1	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	120,52					
3.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	112,09					
3.3	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	200,50					
3.4	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo ver quantidade de portas	m²	150,30					
3.5	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	831,49					
3.6	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	276,20					

[illegible]

5	MANUTENÇÃO PREDIO RANCHO
---	--------------------------

5.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	15,00					
5.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	10,25					
5.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	15,00					
5.4	17.02.220	Reboco	m²	15,00					
5.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	25,00					
5.6	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	31,29					
5.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	375,82					
5.8	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	84,74					

6		MANUTENÇÃO PREDIO P5/ ALOJAMENTO CB/SD							
6.1	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	6,00					
6.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	9,60					
6.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	6,00					
6.4	17.02.220	Reboco	m²	6,00					
6.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	31,02					
6.6	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	4,68					
6.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	421,65					
6.8	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	81,30					

7		MANUTENÇÃO PREDIO P3/ ALOJAMENTO CB/SD/ICIA							
7.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	27,00					
7.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	109,00					
7.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	27,00					
7.4	17.02.220	Reboco	m²	27,00					
7.5	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	16,69					
7.6	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	32,31					
7.7	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	16,69					
7.8	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	21,00					
7.9	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	767,62					
7.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	198,26					

8		MANUTENÇÃO PREDIO P4/ GABINETE DE ODONTOLOGIA/ ALOJAMENTO CB/SD							
8.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	2,00					
8.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	70,00					
8.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	2,00					
8.4	17.02.220	Reboco	m²	2,00					
8.5	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	43,77					
8.6	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	29,50					
8.7	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	43,77					
8.8	32.16.050	Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca	m²	2,00					
8.9	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	738,84					
8.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	198,26					

9		MANUTENÇÃO SALA DE AULA ALFA ALUNOS							
9.1	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	17,80					
9.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	11,15					
9.3	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	20,00					
9.4	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	223,65					
9.5	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	35,20					

10		MANUTENÇÃO PREDIO UIS/P2/RESERVA DE ARMA/ SALA DE AULA B/ALOJ.SGT							
10.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	132,09					
10.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	55,00					
10.3	03.10.100	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com lixamento	m²	14,04					
10.4	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	77,00					
10.5	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	100,09					

10.6	17.02.220	Reboco	m²	132,09					
10.7	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	166,07					
10.8	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	94,50					
10.9	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	80,61					
10.10	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m²	14,36					
10.11	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	1427,57					
10.12	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	307,77					

11	MANUTENÇÃO PREDIO ACADEMIA/ ALOJ.FEM + SUB E SGT /MOTOMEC								
11.1	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	107,00					
11.2	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	82,00					
11.3	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	5,00					
11.4	17.02.220	Reboco	m²	5,00					
11.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	63,00					
11.6	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	4,98					
11.7	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	433,06					
11.8	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	64,55					

12	MANUTENÇÃO PREDIO GUARDA PRINCIPAL								
12.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	67,51					
12.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	30,00					
12.3	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	81,00					
12.4	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	67,51					
12.5	17.02.220	Reboco	m²	67,51					
12.6	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	63,56					
12.7	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	90,51					
12.8	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	14,04					
12.9	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	319,01					
12.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	81,00					

13	MANUTENÇÃO PREDIO GREMIO/ALOJ.OFICIAL/ALFA E BRAVO-ALUNOS								
13.1	03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	m²	12,40					
13.2	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	m²	18,00					
13.3	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	m	25,00					
13.4	17.02.040	Chapisco com adesivo de alto desempenho	m²	12,40					
13.5	17.02.220	Reboco	m²	12,40					
13.6	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	32,42					
13.7	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	m²	56,82					
13.8	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	m²	9,36					
13.9	32.16.050	Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca	m²	12,40					
13.10	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Paredes) e lixamento	m²	569,20					
13.11	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo (Teto)	m²	129,90					

TOTAL GERAL									
(INCLUINDO BDI 23,00%)									

Fonte de Pesquisa: Boletim CDHU Versão 201; FDE - 02/2026.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

ANEXO III

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO III.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO sob as penas da Lei:

- a) estar em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadrar em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

Nome/assinatura do representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

ANEXO III.2

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

Nome/assinatura do representante legal

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ANEXO III.3

*Eu, _____, portador do CPF nº _____, na
condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou
denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____,
DECLARO sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº
123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.*

(Local e data)

Nome/assinatura do representante legal

ANEXO III

ANEXO III.4

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
representante legal do licitante _____, interessado em
participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO sob as penas da
Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data)

Nome/assinatura do representante legal

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO III

ANEXO III.5

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III

ANEXO III.6

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III

ANEXO III.7

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO IV

MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4

(Processo Administrativo nº 057.00541033/2025-06)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
CPAM4-XXX, CELEBRADO ENTRE O(A)
COMANDO DE POLICIAMENTO DE
ÁREA METROPOLITANA QUATRO –
CPA/M-4, POR INTERMÉDIO DO(A) SR,
DIRIGENTE CEL PM CLODOALDO
DONIZETTI DA CRUZ E _____

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Comando de Policiamento de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4, com sede no(a) Av. Amador Bueno da Veiga, 2774 – Vila Esperança, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0048-18, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Dirigente Cel PM Clodoaldo Donizetti da Cruz, nomeado(a) por promoção e classificado conforme o DOE de 17 de abril de 2025, inscrito(a) no CPF sob o nº 205.150.588-82, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____ doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 188/0041/26, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de mão de obra especializada para a pintura e recuperação predial, das áreas internas e externas das edificações do 4º BAEP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Siafísico	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Total
1	Manutenção Predial - Pintura e Recuperação (Interna e Externa) das edificações do 4º BAEP	1627	7625	Unidade/1	1	

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados do(a) data de assinatura deste Termo, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e.

2.1.1. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.2. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.5. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas substanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.6. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$ _____

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS ([art. 92, V e X](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC, **exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 02 (dois) dias, contados a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
 - III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
 - IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 02 (dois) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 02 (dois) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo [art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

- 9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;
- 9.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.29. *Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;*
- 9.1.30. *Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;*
- 9.1.31. *Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;*
- 9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;
- 9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
- 9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);
- 9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida

a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade () Seguro -fiança ou () Caução /Fiança Bancária, no valor de **R\$ _____** (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado;
e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência/Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

13.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

13.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)); e

13.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O Contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. CPA/M-4- UASG 180.188:

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 06122181949920000

IV. Elemento de Despesa: 339039-99

VI. Nota de Empenho:

15.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, __ de _____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

GESTOR:

Posto ou Graduação/RE/Nome

FISCAL:

Posto ou Graduação/RE/Nome